



O Coser e seus Movimentos: Interpretação das Articulações de Rede estabelecidas pelo Assentamento Rural Elizabeth Teixeira, Limeira-SP.

Leonardo Denardi Messina*, Juliana Pires de Arruda Leite, Amanda Carolini Menconi Hornhardt

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a rede de relações estabelecidas pelo pré-assentamento Elizabeth Teixeira (Limeira-SP) com seus consumidores, através da formação de dois grupos de consumo conscientes, situados em Limeira-SP e Campinas-SP. Neste estudo, o foco de investigação é a percepção dos consumidores sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo que o principal objetivo da pesquisa é caracterizar os nexos estabelecidos entre os consumidores e o pré-assentamento Elizabeth Teixeira para compreender, em que medida, a relação produção-consumo de alimentos neste contexto está fundamentada no apoio político ao movimento social e a formas alternativas de trocas não mercadológicas. Para a coleta de dados, utilizamos o método *survey* e aplicamos questionário eletrônico on-line aos consumidores. Como resultado, observamos uma relação direta entre consumo e apoio político. Como analisado, os consumidores fazem uso político do consumo, pois compreendem essa prática como uma forma de afirmar e materializar valores inerentes ao projeto político do MST.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; MST; Agroecologia

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os mercados sofreram mudanças estruturais, de ordem econômica e social, advindas da globalização. A modernização tecnológica no campo da agricultura, associada ao modo de produção capitalista tem exigido cada vez mais competitividade e produção em escala, criando condições desiguais de acesso ao mercado agroalimentar para os agricultores familiares (PONTES; SANTOS, 2015).

Neste sentido, princípios e práticas de Economia Solidária passaram a ocorrer nas margens do capitalismo, aproveitando-se das lacunas deste sistema econômico para vislumbrar a possibilidade de inserção da agricultura familiar em novos mercados consumidores.

Na tentativa de enfrentar a lógica hegemônica, baseado no modo de produção capitalista, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) desenvolveu um projeto alternativo, centralizado no desenvolvimento da autogestão: atividade organizativa da produção que busca romper com a condi-

ção de opressão e exploração presente nas relações sociais, instituídas e naturalizadas pelo Estado e pelo Mercado (RODRIGUES; SPINELLI; NETO, 2013).

Neste sentido, a premissa é que o desenvolvimento de práticas associativas permite a criação de uma relação social mais igualitária fundamentada no coletivismo, ou seja, no exercício coletivo de planejar e tomar decisões. A autogestão trata-se, pois de um espaço de cooperação e solidariedade, que estimula a ação coletiva e a liderança compartilhada, possibilitando a construção coletiva do conhecimento junto aos movimentos sociais.

No contexto de atuação da ITCP com grupos populares associados a movimentos sociais, o processo de incubação e o acesso a políticas públicas de infraestrutura e crédito são mecanismos que permitem o pleno desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários (EES) no campo da agricultura familiar, fortalecendo o projeto político do movimento e promovendo a sustentabilidade financeira do grupo (PONTES; SANTOS, 2015).

No ano de 2009, a Equipe de Agricultura da ITCP recebeu uma proposta de trabalho no Elizabeth Teixeira, começando em 2010 a acompanhar e organizar a produção das mulheres do campo. A partir de então, o grupo de mulheres denominado Luiza Mahin passaria a produzir alimentos processados tornando concreta a possibilidade de geração de renda e autonomia financeira (RODRIGUES; SPINELLI; NETO, 2013).

Em meados de 2010, as mulheres demandaram o aprimoramento das técnicas de processamento de alimentos. Para ampliar a geração de trabalho e renda, a Equipe de Agricultura propôs a formação de frentes para produção e comercialização, passando a desenvolver: (i) oficinas de discussão sobre o valor do trabalho produtivo, (ii) oficinas de autogestão voltadas a divisão de tarefas, logística de comunicação e transporte, e (iii) oficinas de cooperativismo (SOUZA; COLOMBO; SPINELLI *et al.*, 2013).

Segundo Pontes; Santos (2015), os assentamentos provenientes da reforma agrária no Brasil apresentam dificuldades para integrarem-se no sistema produtivo no que diz respeito a comercialização da produção agrícola. Em vista disso, os alimentos foram comercializados em feiras locais, redes varejistas e programas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Segundo Darolt e Constanty (p. 44, 2008 *apud* Silva, p. 31, 2015) os agricultores *“que concentram as entregas de seus produtos em um único ponto, tendem a ter um sistema mais simplificado, sendo menos diversificado quanto ao número de espécies e menos interação com o consumidor.”*

Neste sentido, a experiência com o PAA através da modalidade de compras diretas implica na determinação unilateral dos preços pelos compradores, revelando-se um canal insuficiente para a aproximação entre agricultor familiar e consumidor (SOUZA; COLOMBO; SPINELLI *et al.*, 2013).

Diante desta conjuntura, para garantir a manutenção das atividades do Luiza Mahin, valorizando o trabalho das agricultoras, a ITCP passou a desenvolver formas alternativas de comercialização, possibilitando a formação de verdadeiros “cordões” de apoio urbano.

Assim, a aproximação com o meio urbano através da formação de grupos de consumo responsável (GCRs), um situado em Limeira e outro em Campinas revela um caráter de construção de novos elos de rede, que podem oferecer autonomia ao Luiza Mahin em relação a ITCP, simbolizando o início de um processo de articulação política com organizações diversas.

No âmbito dos assentamentos da reforma agrária, o Elizabeth Teixeira, localizado em Limeira-SP e vinculado ao MST se destaca por desenvolver iniciativas como a adoção de modos de produção orgânica baseados em princípios agroecológicos, e a criação de espaços de produção, comercialização e consumo autogeridos pelas agricultoras. Dentre essas iniciativas está a distribuição de cestas agroecológicas para dois grupos de consumidores, um em Campinas e outro em Limeira.

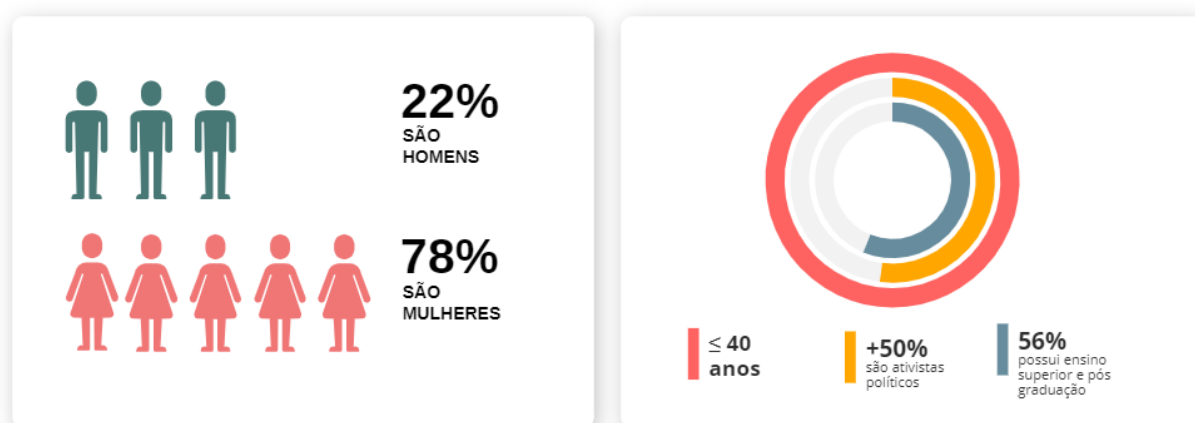
Atualmente, a aproximação entre agricultores e consumidores durante o processo de comercialização tem revalorizado os mercados locais, podendo essa prática ser compreendida mediante as mobilizações da sociedade civil, engajada em movimentos sociais e ambientalistas (SILVA, 2015).

Neste contexto, a ampliação do apoio político a movimentos sociais ocorre através da adoção de práticas alternativas de consumo, com destaque para as compras conscientes. Esta forma autônoma e não institucionalizada de participação política é protagonizada por consumidores conscientes de suas responsabilidades diante de problemas sociais e ambientais.

METODOLOGIA

Para compreender a relação dos consumidores com o MST desenvolvemos e aplicamos, durante o mês de junho de 2020, um instrumento de coleta de dados (questionário), a partir do qual auferimos o quanto os 36 consumidores participantes, de fato, conhecem, compartilham e apoiam a plataforma política do movimento. Além disso, através da revisão bibliográfica buscamos refletir sobre formas alternativas de comercialização com enfoque nas redes de apoio aos movimentos sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Fonte: Elaboração Própria

Após a sistematização dos dados, percebemos que a adesão ao grupo de consumo responsável (GCR) é uma escolha compartilhada, majoritariamente, por estudantes, professores e educadores populares (65%), isso porque este é o público que desde sempre esteve e ainda está mais diretamente relacionado ao universo de alcance e de interação da ITCP.

Ainda neste sentido, alguns dados nos chamam especialmente a atenção: (i) a grande quantidade de mulheres (28) em detrimento do número de homens (8); (ii) o fato de estar entre as mulheres, as três únicas pessoas que participam do grupo desde a sua fundação; (iii) o fato de estar também entre as mulheres a maior porcentagem (71%) de pessoas que dividem a cesta, em média, com 2 ou mais pessoas; (iv) no que diz respeito à escolaridade, mais da metade dos consumidores (56%) possui ensino superior e pós graduação; (v) no que diz respeito à renda mensal, a maior parte deles (59%) ganha no mínimo 2 salários mínimos (R\$1.908,00) e no máximo 5 (R\$4.770,00); (vi) 81% dos participantes têm até 40 anos, uma faixa etária associada a uma etapa da vida mais favorável à experimentação e adaptação a novos hábitos de consumo alimentar.

O perfil dos consumidores revela que todos têm até 40 anos e ensino superior em andamento ou completo, alguns inclusive com pós-graduação, demonstrando a relação direta entre o acesso à educação formal e o engajamento no universo do consumo consciente.

Com relação ao nível de renda, observamos que mais da metade dos consumidores ganha mensalmente de 2 a 5 salários mínimos. Além disto, todos os consumidores, inclusive aqueles que ganham menos de 1 salário mínimo (11%), afirmaram que continuariam comprando a cesta do pré-assentamento mesmo no caso em que seu preço fosse maior que o preço dos alimentos no supermercado.

A pesquisa constatou que, em relação ao apoio financeiro ao MST, metade dos consumidores limita seu apoio financeiro à compra da cesta, e a outra metade, além desse apoio ajuda em outras campanhas do MST.

Além disto, 75% dos consumidores compram produtos da agricultura familiar em outros canais de comercialização como feiras e supermercados. Para todos os consumidores consumir a cesta é um ato político. Neste sentido, os grupos em questão são formados por pessoas que compreendem que a aquisição e o consumo desses alimentos é uma escolha política, de apoio ao MST.

De acordo com os dados, 79% das pessoas apresentam como motivações para o consumo consciente de alimentos saudáveis o *fortalecimento da agricultura familiar* e o *apoio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. Por outro lado, apenas 21% desses consumidores apresentam como motivações para o consumo os *preços* e a *variedade dos alimentos*. Foram elencadas também motivações como a qualidade das relações e dos alimentos.

Ainda nesta perspectiva, constatamos que 55% dos consumidores são ativistas em diferentes assuntos dentre os quais destacam-se o ativismo político através da arte, dos movimentos sociais, ambientalistas, antirracistas, feministas e LGBTs.

Tais fatos demonstram que esses consumidores são *politicamente motivados*. Para eles, a compra não é apenas uma maneira de fornecer alimentos às famílias, mas é também uma forma de defender uma posição a favor de uma luta política.

CONCLUSÕES

Ao término da pesquisa concluímos que o movimento se encontra articulado em âmbito local por uma rede de alianças que lhe confere apoio e sustentação política e econômica.

Tal rede existe e se perpetua no tempo devido ao seu enraizamento em redes sociais locais. No caso estudado, tal enraizamento acontece por meio da relação do movimento com grupos de consumo compostos por pessoas que compreendem que a aquisição e o consumo desses alimentos é uma escolha política, de apoio ao MST.

Na lógica de uma sociedade organizada em redes, a atuação de organizações como a ITCP é uma condição fundamental para o fortalecimento da relação produção-consumo do pré-assentamento Elizabeth Teixeira.

Desse modo, os grupos de consumo vinculados ao MST constituem um espaço formado por indivíduos que garantem, através de uma conduta consciente e responsável, a longevidade das práticas agroecológicas e a própria existência do movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PONTES, Alzair Eduardo; SANTOS, Moacir José dos. 2015. **Produção e comercialização em assentamentos rurais: estudo do caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água (Morrinhos, Goiás – Brasil)**. Mundo Agrário, 16 (33). Recuperado a partir de: <<http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33A06>>

RODRIGUES, Tessa Priscila Pavan P.; SPINELLI, Lucas Gebara; NETO, Wilson Mazalla. Seção 1. Princípios Político- Metodológicos. Espaços de organização da produção como práticas de educação popular. **Revista Coletiva II: Sistematizações sobre a prática autogestionária**. Campinas: Instituto de Economia, p. 48-61, 2013.

SILVA, Bruno Jacobson da. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos: Emancipação socioeconômica na agricultura familiar?** Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SOUZA, Alexandre; COLOMBO, Camila Spinelli; SPINELLI, Lucas Gebara; SILVA, Maíra; GROSCHITZ, Marina; LUBLINER, Theo Martins. Seção 2. Construindo a autogestão no contexto dos grupos populares. Nas rebarbas da Reforma Agrária: experiência de formação de dois grupos de mulheres agricultoras. **Revista Coletiva II: Sistematizações sobre a prática autogestionária**. Campinas: Instituto de Economia, p.88-106, 2013.